

Eric Dourousset

*Doutor em Sociologia e Pesquisador
visitante do CNPq.*

Ghislaine Duqué

*Doutora em Sociologia, Professora da
UFPB.*

Francimar Fernandes de Sousa

*Graduada em Ciências Sociais,
auxiliar de pesquisa.*

As Relações entre Pequenos Produtores e Poderes Públicos: O Caso de um Projeto de Irrigação no Semi-Árido.

I – Introdução

Este artigo expõe alguns resultados de uma pesquisa sobre a irrigação no Semi-árido nordestino, visando avaliar os efeitos da política de irrigação frente ao “problema secular das secas”. A partir de um estudo de caso (o projeto Vereda Grande na Paraíba) destinado a pequenos produtores, tentou-se verificar os fatores de inclusão ou exclusão desses produtores no projeto, com os resultados que veremos a seguir. Descobriu-se que os produtores se reapropriam da irrigação segundo uma lógica específica, que se situa bem longe das intenções dos interventores, no

caso, o poder público.

O projeto integrado, no qual este estudo se integra, intitula-se: «Política hídrica e dinâmica social no Semi-Árido», e está sendo financiado pelo CNPq. A pesquisa começou em agosto de 95 e será concluída em julho de 97. Ela se divide em dois sub-projetos. O primeiro¹ trata das políticas destinadas a assistir os trabalhadores rurais em período de seca, especificamente das ditas Frentes de Emergência. O segundo² analisa as políticas hídricas preventivas, com o exemplo do projeto de irrigação aqui estudado.

II – O Nordeste Semi-Árido e as Políticas Hídricas

2.1. A fragilidade do pequeno produtor no Semi-Árido

As dificuldades do produtor na região semi-árida do Nordeste são freqüentemente vistas apenas pelo ângulo da questão climática, caracterizada pela escassez das chuvas e sobretudo por sua irregularidade: são distribuídas de maneira extremamente irregular durante a curta estação das chuvas, bem como de um ano para o outro. Esse quadro físico desfavorável é agra-

¹ Sob a responsabilidade de Maria Nilza Ramalho Cirne (Mestre em sociologia, Professor da Universidade Estadual da Paraíba) com a colaboração de Marília T. de Oliveira (Professora na Faculdade de Serviço Social da UEPB) e de duas bolsistas de iniciação científica do CNPq, Isabel Amorim Leônico e Jussara Carneiro Costa, alunas de Serviço Social da UEPB.

² Sob a responsabilidade de Eric Dourousset, também conta com duas bolsistas de iniciação científica do CNPq, Maria Zélia Araújo e Mary Delane Gomes da Costa, alunas de Ciências Sociais da UFPB, e com uma bolsista de apoio à pesquisa que colaborou na elaboração deste estudo.

vado pela pobreza dos solos, freqüentemente rasos e pedregosos, e sua propensão à salinização.

Porém, pior do que os limites físicos da região, destaca-se a fragilidade social da pequena produção, assentada numa estrutura fundiária extremamente desigual. De um lado, latifúndios de milhares de hectares, especializados na criação extensiva, predominam no espaço, monopolizando os melhores terrenos. Do outro lado, pequenos produtores sobrevivem praticando uma agricultura de subsistência, em parcelas insuficientes, submetidos direta ou indiretamente aos grandes proprietários.

Esse quadro climático e social explica, em grande parte, a fragilidade do pequeno produtor da região. A importância do problema aparece de maneira evidente se considerarmos que essa categoria constitui a grande maioria da população rural. Ao contrário do grande proprietário que geralmente tem a capacidade de resistir às secas (acumula reservas nos anos de boas chuvas; no pior dos casos, transfere seus rebanhos para áreas menos atingidas pela seca), o pequeno produtor mal sobrevive, mesmo no anos de chuvas razoáveis, pois o tamanho reduzido de suas terras não lhe permite uma produção suficiente para satisfazer suas neces-

sidades, menos ainda para acumular. Mesmo quando tem excedentes, seus lucros potenciais são aniquilados por sua situação de dependência no mercado em relação aos intermediários. O que dizer então dos anos de secas prolongadas? Deixam esse produtor numa situação de extrema penúria, o que provoca sua migração para as cidades (com todos os problemas que daí decorrem) ou obriga o governo a tomar medidas assistenciais que perpetuam a situação de dependência desses produtores.

Dá a importância das medidas preventivas, vistas muito geralmente sob a forma exclusiva de “políticas hídricas”.

2.2. A solução hídrica

Diferentes medidas foram concebidas por governos sucessivos para enfrentar o problema das secas, entre as quais se destaca a « política hídrica ». Essa política, de caráter preventivo, se realizou até o início dos anos 70 sob a forma da construção de grandes barragens-reservatórios, pequenos barreiros, poços, etc., com o objetivo de acumular água nas épocas de chuvas para dispor delas nas secas. Essa política foi alvo de várias críticas, pois o uso da água não foi planejado.

Beneficiou essencialmente aos grandes proprietários-criadores: estes têm cacife político para influenciar a localização dos reservatórios ou têm condição de construí-los nas suas terras (inclusive com a mão de obra barata dos trabalhadores “flagelados”). Eles geralmente destinam as reservas de água para o consumo animal muito mais do que para desenvolver a produção agrícola³.

Diante dessa situação, colocar a irrigação ao alcance dos pequenos produtores aparece para muitos como « a solução » para o semi-árido. Implementar uma gestão « racional » dos recursos hídricos via irrigação constitui um objetivo freqüentemente presente nos discursos das autoridades responsáveis pelas políticas agrícolas. Este objetivo está ligado à política das grandes barragens pois precisa dessas reservas de água. No entanto, planejar o uso da água (e não apenas sua acumulação) implica questões delicadas ligadas ao envolvimento das populações presentes nas áreas irrigáveis: trata-se de transformar os produtores em irrigantes ou de instalar colonos. A política de irrigação pode, portanto, ser acompanhada de uma política fundiária visando modificar as estruturas fundiárias em alguns lugares privilegiados, considerados como « pólos » de de-

³Ver, em particular: Pessoa (D) “Sécheresse du Nordeste: variation des interprétations et des politiques publiques”, in *L'homme face aux sécheresses*, p. 399-403. Droulers (M), “Le rôle de l'Etat dans l'aménagement du Sertão du Nordeste. Cas de la Paraíba”, in *Problèmes d'Amérique Latine*, n° 50, 1980. Nakatani (P) *La politique agricole au Nordeste du Brésil*, Thèse 3° cycle, Université de Picardie. Maranhao (S) (organizador), *A questão Nordeste. Estudos Sobre a Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos*. RJ: Paz e Terra, 1984 (Coleção Estudos sobre o Nordeste; V. 16), p. 7-30.

envolvimento e de modernização da pequena produção⁴.

É, portanto, primordial analisar a eficiência social dessa política. Podemos dizer que a irrigação atende aos seus objetivos? As propostas e as realizações dos interventores respondem às expectativas e às necessidades dos pequenos produtores?

III – O Projeto “Vereda Grande” e os Pequenos Produtores

3.1. O projeto e suas características

Escolhemos analisar o projeto de irrigação «Vereda Grande», situado no município de Boqueirão (Pb), a uns 160 km da capital do Estado, na região dos Cariris Velhos. Esta é reputada como sendo a mais seca do Semi-Árido nordestino.

A área do projeto tem uma extensão de 18 km ao longo do rio Paraíba, a Oeste da jusante do açude Epitácio Pessoa. Este tem capacidade de 543 milhões de metros cúbicos e permitiu a perenização do Rio Paraíba e o abastecimento de três cidades (entre elas Campina Grande), ou seja, de uma

população de uns trezentos mil habitantes. A irrigação privada em torno desse açude conheceu um grande desenvolvimento, provocando a poluição das águas (carregadas de produtos tóxicos) distribuídas a jusante. Além do mais, foi cogitada várias vezes a proibição dessa irrigação, quando estiagens prolongadas vieram a pôr em risco o abastecimento dessas cidades.

O Projeto Vereda Grande foi criado na década de 80, no quadro do Projeto Canaã. Este tinha sido planejado pelo Governo Wilson Braga, já como compromisso de campanha (Discurso de posse, 15.03.83). Tinha grandes ambições: utilizar a água de quatro sistemas fluviais, formados por 1.252 km de rios principais e 15.595 km de rios secundários para irrigar mais de 45.000 há, num total de 176 projetos em 125 dos 173 municípios do Estado! O novo espírito do projeto era expresso nos termos seguintes:

“O que muda no Canaã é a atitude para atingir esse objetivo (o desenvolvimento da região seca). Em vez de concentrar esforços e recursos num grande açude, que se transforme em imenso latifúndio anti-social, toda a política do projeto quer identificar, represar e garantir água, terra e meios ao maior número e aos que mais precisam. A extensão da obra, abrangendo

do 114 municípios, 82 % da área do Estado e um milhão e 500 mil pessoas, está ligada aos compromissos da extensão social

O Governo Wilson Braga não vai construir o maior açude da Paraíba nem do Nordeste. Pretende, isto sim, garantir o suficiente em água, terra e meios para que o sertanejo possa libertar-se das dependências do clima e da propriedade.

No projeto, a terra é tão importante quanto a água. À cada abertura de açude corresponde a fundação de novas propriedades, margens e vazantes abertas ao trabalho produtivo de uma família para cada 10 ha. ribeirinhos. De cada 10 hectares, dois serão irrigados, permitindo uma renda mínima de 4,5 salários por família.

Mais do que acumular água, o açude inaugura um novo regime social, assegurando o abastecimento humano e animal, a irrigação, a produção de alimentos (incluindo o peixe), além da perenização do rio.”⁵

O Projeto Vereda Grande visava atender aos 71 produtores residentes na área. Previa a instalação de uma rede de irrigação com 13 estações de bombeamento integradas com conjuntos de eletrobombas centrífugas que captariam as águas do rio, distribuindo-as atra-

• • • • •

⁴ Ver Pebayle (R), « L'irrigation dans le Nordeste du Brésil, in Problèmes d'Amérique Latine, n° 59, mars 1981, p 84-109.

⁵ Projeto Canaã: O homem, a água, a terra, a vida. Governo Wilson Braga, Secretaria de Recursos Hídricos. João Pessoa, Ed. A União, 1983, p. 12.

vés de adutoras para os diversos lotes da área. A aplicação da água no terreno far-se-ia através de aspersão. A energia seria fornecida pela CELB mediante rede elétrica. O Projeto previa ainda (exigia!) a organização dos produtores em Associação para assegurar a gestão: o pagamento da infra-estrutura (canais e bombas), os gastos permanentes com energia. Previa-se uma assistência técnica para “modificar os procedimentos técnicos costumeiros” e organizar a comercialização.

Os planejadores imaginavam criar um número relativamente importante de empregos: 142 empregos diretos (calculando-se 2 empregos por família) e 284 empregos indiretos (avaliando-se, não se sabe bem em que base, que cada emprego direto criaria mais dois empregos indiretos. Finalmente, o Projeto demonstrava (pelo menos no discurso) a intenção de basear o trabalho na participação dos produtores envolvidos.

O Projeto Vereda Grande passou do papel para o campo em 1985, com a construção da infra-estrutura. Praticamente abandonado com a mudança de Governo, ele acaba de ser reativado pelo atual Governo Maranhão. Começamos a acompanhar o Projeto em 1986, nas primeiras reuniões organizadas pelas autoridades e destinadas a estimular a participação dos produtores. No entanto, vale adiantar logo que um certo número de decisões já foram apresentadas como irrevogáveis, como a opção pela fruticultura

A escolha de um projeto local não limita, a nosso ver, a relevância do estudo. Apesar do caráter « localizado » da área geográfica de pesquisa, o problema é de nível geral. A análise desse projeto oferece indicações sobre práticas sociais repetidas a um nível mais amplo e muito significativas.

Levantamos três questões interligadas:

- Como os produtores se inserem no projeto?
- Quais são os mecanismos de exclusão de produtores?
- Quais são as lógicas de uso da irrigação?

3.2. Os mecanismos de inserção/exclusão dos produtores no Projeto

Vimos que o Projeto visava atender a 71 famílias. Hoje, apenas 5 famílias usam a infra-estrutura do projeto, ou seja, menos de 7% da população prevista. Os demais produtores estão excluídos do projeto, embora alguns estejam irrigando por conta própria. Das 13 estações de bombeamento instaladas, apenas 3 estão sendo utilizadas da forma prevista no início do projeto. As outras estão sem funcionar, seja porque estão deterioradas, seja porque a companhia de eletricidade (a SAELPA) não fornece mais a energia necessária. A maioria dos produtores que usaram as bombas inicialmente não teve recursos para pagar as contas, gerando tensões

com os poderes públicos.

Os produtores não se comportam de maneira homogênea face à irrigação e não se integram de maneira uniforme no projeto. Cada um, em função da sua história, da sua trajetória, da sua posição no espaço social, mantém relações particulares com a irrigação, com a intervenção e com os intervenores. Na realidade, há vários níveis de inserção no projeto. Alguns poucos produtores estão totalmente inseridos na proposta; outros são parcialmente integrados no projeto, outros ainda totalmente excluídos.

3.2.1. Os estabelecimentos inseridos no Projeto

Os cinco estabelecimentos estabelecimentos inseridos no Projeto não possuem as mesmas características: dois correspondem ao modelo da exploração empresarial. Outros funcionam segundo um modelo mais tradicional.

a) Os estabelecimentos “empresariais”

Apenas duas das explorações podem ser qualificadas de « modernas » e são estritamente inseridas na economia monetária. A primeira é dirigida por dois irmãos. A segunda é explorada pelo prefeito de uma cidade vizinha.

As características desses estabelecimentos são as seguintes:

- O tamanho é bem superior à média das pequenas explorações locais. Os dois irmãos irrigam

10 hectares. O prefeito possui 40 hectares e irriga 15. Os produtores da região, em geral, possuem apenas 4 a 5 hectares e irrigam apenas de 1 a 3 hectares.

- Esses produtores têm condições financeiras superiores à média dos agricultores. Inicialmente, puderam comprar (caso do prefeito) ou arrendar (caso dos dois irmãos) uma área irrigável relativamente importante. Têm condições de pagar as contas de energia, comprar canos de irrigação, insumos e defensivos e contratar mão de obra, o que não é o caso da maioria dos produtores (Por exemplo, um desses dois estabelecimentos emprega trabalhadores diaristas; o outro contratou um administrador e trabalhadores permanentes. Uma das explorações paga um vigia para evitar os roubos ou a degradação das bombas.). Essas condições financeiras permitiram que um dos produtores encomendasse à EMATER um estudo para realizar um projeto particular de desenvolvimento do estabelecimento.
- Eles estão inseridos no mercado, produzem somente para vender e pensam a produção em função da comercialização. Os dois irmãos vendem a produção por intermédio de um parente que a comercializa em grosso e no varejo na capital do Estado.
- Seu comportamento é o de produtores capitalistas. Eles visam

uma produtividade elevada e, para isso, utilizam defensivos e outros insumos, gerem os recursos hídricos com o máximo de eficiência, planejam e investem.. O técnico da EMATER descreve bem a prática desses agricultores:

« O prefeito faz uma engorda de gado lá. Então, ele precisa de pastagem. Então, ele irriga lá. Porque se ele não irrigar, a produtividade também é menor. E pela quantidade de animais que ele engorda lá, que é em torno de 50 cabeças a cada noventa dias, é melhor irrigar porque a lotação de animais para pasto nativo é muito baixa. »

« Ele é diferente do resto do pessoal, porque ele investe. Ele tem um plano »

- Eles também arriscam, apostando no futuro. A noção de aposta é presente sobretudo no estabelecimento dos dois irmãos, que modificam regularmente o tipo de cultura em função da suposta evolução do mercado:

« É como um jogo. Eu planto agora, porque eu penso que, daqui a pouco, o mercado vai ser bom. » (um dos dois irmãos).

Vale observar que esses estabelecimentos se constituíram no tamanho atual e com a infra-estrutura da qual dispõem graças à exclusão de pequenos produtores. Hoje se beneficiam de estações de bombeamento previstas inicial-

mente para uso coletivo de vários agricultores. No caso do prefeito:

« O prefeito vem de fora. Ele comprou a terra de dois produtores. Agora aqui tem o vizinho dele que também está dentro do projeto que tem uma estação de bomba. O prefeito já está de olho para comprar o lote. Aí a caixa de bomba vai ficar só para ele ». (Técnico EMATER).

No caso dos dois irmãos, a estação de bomba estava prevista para atender a 14 pequenos irrigantes. Hoje, todos foram eliminados do projeto. Os dois irmãos recuperaram a terra, e a estação serve somente para eles.

Essas explorações correspondem perfeitamente ao modelo proposto pelo Estado: modernas, inseridas no mercado, investem consumindo equipamento, energia e insumos, e produzem administrando “racionalmente” os recursos hídricos. Mas parece muito difícil estender esse padrão aos pequenos produtores locais. Com efeito, esses agricultores modelos (que vêm de fora) dispuseram de um capital inicial que permitiu comprar os lotes e investir. Eles construíram suas explorações graças à exclusão de produtores que não dispunham das mesmas vantagens.

b) Os irrigantes tradicionais

Além das duas explorações empresariais que acabamos de apresentar, mais três famílias conseguiram se manter no projeto de irrigação, utilizando as bombas e

a energia. Trata-se de parentes que compartilham o uso da mesma estação de bombeamento. Porém, a irrigação não é vista por eles como meio de modernização e de inserção no mercado. Ela serve apenas para aumentar sua margem de segurança na produção de culturas de subsistência. Descreveremos mais detalhadamente na parte seguinte como esses produtores tradicionais incorporam a irrigação na sua lógica de funcionamento.

Enquanto os demais pequenos produtores do mesmo tipo foram excluídos do projeto por falta de condições financeiras, essas três famílias, embora pouco inseridas na economia monetária, conseguiram pagar as contas de energia e continuam pagando até hoje.

O fator determinante dessa capacidade é a solidariedade, baseada nos laços de parentesco. A gestão da água tinha sido concebida pelo Estado para uso coletivo: a conta de eletricidade de cada estação de bombeamento seria dividida entre os usuários. Ora, a maioria dos agricultores utilizavam a água de maneira diferenciada. Todos cultivavam feijão e milho; alguns tomates e pimentão; outros plantavam capim. Todos consorciavam essas culturas de maneira própria, utilizando portanto quantidades variáveis de água. Conflitos apareceram no momento de pagar as contas de energia, o que explica, junto com o preço alto da eletricidade, a exclusão da maio-

ria dos produtores do projeto.

No caso dessas três famílias, o fato de pertencer a uma mesma família foi determinante para manter a cogestão da distribuição de água e dos gastos de energia, e portanto sua ligação com o projeto. Hábitos comuns, solidariedade e uma certa pressão familiar podem se verificar em vários níveis: todos cultivam o mesmo tipo de plantas (milho e feijão, um pouco de banana para o autoconsumo); quando as bombas têm um problema de funcionamento, eles se reúnem para consertar e, sobretudo, cada decisão é tomada de maneira coletiva.

Esse trecho de entrevista dá um exemplo da pressão que exerce a família sobre a gestão das explorações:

« – Os outros pedaços de terra, porque não estão sendo irrigados ?

– Não estão sendo irrigados porque o resto da família não quer. Eu faço o que a família quer. »

3.2.2. Os produtores parcialmente inseridos

A maioria dos produtores foram excluídos do projeto por falta de recursos financeiros para pagar as contas de eletricidade e por dificuldade de se organizar face à gestão coletiva da água.

No entanto, alguns continuam irrigando sem utilizar a infra-estrutura do projeto. Eles utilizam bombas individuais, a diesel ou a eletricidade. Neste último caso, servem-se da rede elétrica do projeto, usando a energia clandestinamente⁶. Observamos três tipos de produtores enquadrando-se neste modelo:

- Alguns irrigantes, que já tinham uma experiência anterior de irrigação reutilizaram bombas antigas que já possuíam.
- Outros irrigantes, que tinham uma poupança, compraram a bomba no momento em que foram excluídos do projeto.
- Outros ainda se beneficiaram de bombas emprestadas pelo deputado local, que intervém às vezes, quando os agricultores têm dificuldades.

Esses agricultores estão numa lógica tradicional e a irrigação serve para aumentar a sua margem de segurança (ver a parte seguinte).

3.2.3. Os excluídos

Trata-se de agricultores que, embora situados no perímetro irrigável, não têm nenhuma condição de irrigar. Portanto, dependem exclusivamente da chuva. Todos gostariam de irrigar e sentem uma grande frustração de não poder fazê-lo, sobretudo quando sua parcela é situada a alguns metros

• • • • •

⁶ Essas práticas podem, às vezes, ser muito perigosas pois as ligações são realizadas sem nenhum controle. Recentemente, numa outra região, duas pessoas morreram eletrocutadas.

do rio. Eles foram excluídos do projeto e da irrigação pelos motivos já mencionados, entre os quais se destacam as razões econômicas: incapacidade de comprar o equipamento indispensável (canalização, bomba, seja ela elétrica ou a diesel), incapacidade de pagar as contas de energia. Esse trecho de entrevista ilustra as dificuldades desses produtores:

«— O senhor participa do projeto de irrigação?»

— Não, porque não tive dinheiro para comprar os canos que iam puxar a água da tomada da água até a plantação (...) Na época disseram que iam ajudar a gente, iam dar os canos, mas até agora nunca recebi nada. Por isso que eu nunca irriguei minhas terras com as águas do projeto. Além dos canos, tem também o problema da energia que é muito cara. Se o governo resolvesse esses problemas, seria fácil a gente começar o trabalho na lavoura, utilizando irrigação. »

Por outro lado, esses produtores descapitalizados não dispõem dos apoios políticos que permitiram a outros de se beneficiar, por exemplo, do empréstimo de uma bomba. Encontramos um agricultor que disse ter tomado partido pelo prefeito da cidade e não pelo deputado (de partido político oposto), e, por isso, ficou totalmente excluído do Projeto, apesar de sua parcela estar situada a alguns metros do rio. As dificuldades desses agricultores demonstram as relações de dependência e a dominação personalizada do poder local.

Finalmente, existem as dificuldades já mencionadas, criadas pelo uso coletivo dos equipamentos, o que supõe uma forte interdependência entre atores com práticas de irrigação diferenciadas. Algumas famílias, por exemplo, ficaram divididas no momento de pagar as contas:

« Houve uma confusão entre os três membros da família no momento do pagamento da conta de energia. Eles brigaram, então o próprio pessoal do projeto excluiu-os. Não puseram tubulação. » (Técnico EMATER).

Vale observar que os agricultores “empresariais”, quanto a eles, escaparam do problema da solidariedade na utilização da água, pela apropriação e utilização individual das estações de bombeamento.

Entre os excluídos, não podemos deixar de mencionar produtores que, mesmo que não estivessem entre as 71 famílias presentes inicialmente na área do projeto, não são contemplados em programas de irrigação, embora desejassem vivamente ter acesso a essa tecnologia. Pensamos por exemplo nos produtores situados em terrenos distantes das margens do rio, ou ainda nos trabalhadores sem terra, para quem a irrigação permanecerá um sonho.

Aliás, alguns destes últimos não deixam de estar inseridos de alguma forma como diaristas nos estabelecimentos « empresariais ». Mas suas condições de trabalho são extremamente precárias: o próprio

emprego é muito irregular, dependendo das necessidades do patrão; a jornada de trabalho é de 8 a 12 horas; e as remunerações irrisórias (em torno de seis reais por dia), o que os obriga a levar seus filhos (às vezes crianças muito novas) para trabalhar com eles a fim de completar mais rapidamente as tarefas e aumentar assim a remuneração diária.

Em oposição, encontram-se na área do projeto grandes proprietários que, sem ser eles mesmos produtores, se aproveitam do projeto arrendando suas terras. É o caso do proprietário das terras alugadas pelos dois irmãos citados acima: ele cobra nada menos do que R\$ 200,00 (duzentos reais) por ha. e por mês, o que lhe proporciona (com 10 ha. arrendados) uma renda líquida de dois mil reais mensais, sem nenhum trabalho.

A irrigação constitui, portanto, uma opção extremamente limitada e cheia de riscos. De um lado, ela não é acessível à maioria da população — por motivos econômicos e outros. Sempre constitui o privilégio de uma pequena elite de produtores. Por outro lado, os recursos hídricos são extremamente limitados. No caso estudado, existem possibilidades concretas da irrigação ter que ser proibida quando as reservas do açude diminuem ao ponto de ameaçar o abastecimento em água potável das cidades a jusante. Aliás tais cortes já ocorreram ocasionalmente por uns dias. Um corte prolongado seria fatal para os produtores que tivessem feito investimentos impor-

tantes. E, finalmente, precisa lembrar as ameaças ao meio ambiente: poluição por agrotóxicos, salinização dos solos etc.

Por outro lado, mesmo que houvesse água suficiente e que os riscos ambientais fossem perfeitamente controlados, a irrigação tal como é concebida pelos poderes públicos entraria em choque com a lógica dos pequenos produtores.

IV – As Lógicas de Utilização da Irrigação

Todos os produtores que encontramos, do trabalhador sem-terra ao grande proprietário, expressam um interesse pela irrigação. Mas esse interesse toma formas variadas, porque cada um a integra em função de sua própria lógica.

4.1. A solidariedade e a busca de segurança

Para os pequenos produtores, as decisões relativas à irrigação são submetidas a uma lógica familiar. O pequeno produtor trabalha para sua família. Esta última é a unidade social, que impõe suas regras quando uma decisão deve ser tomada.

Ora, as regras da unidade familiar não são do tipo mercantil. Assim, por exemplo, as relações de trabalho são submetidas às regras sociais estabelecidas entre os diferentes membros da família: elas obedecem a convenções que regem

as relações familiares entre o homem e a mulher, entre pais e filhos, etc.

A primeira regra da unidade familiar é a solidariedade. A lógica a partir da qual se orienta o estabelecimento familiar é, em primeiro lugar, uma lógica de ajuda mútua entre os diferentes membros da família. Por esta razão, o principal problema do chefe do estabelecimento (que também é o chefe da família) é de garantir uma produção para sustentar de maneira solidária o conjunto dos membros da família, e de comprar os bens indispensáveis para a satisfação das necessidades básicas. A lógica familiar, é, pois, em primeiro lugar, uma lógica de segurança. O pequeno produtor procura evitar ao máximo as irregularidades na sua atividade. Com efeito, face às casualidades, a família deve realizar ajustes pessoais para assegurar sua sobrevivência (diminuição de consumo) e, se estes ajustes não são suficientes, o agricultor e sua família devem abandonar o mundo rural para procurar uma outra atividade econômica na zona urbana. O primeiro objetivo é, pois, a busca da segurança, de maneira a evitar a fome ou o caminho do êxodo.

Para os pequenos produtores tradicionais que encontramos, a fala do produtor “empresarial”, “eu planto se eu sei que vou vender”, não tem sentido. Eles têm uma necessidade imperiosa de plantar, mesmo que a rentabilidade seja baixa. Orientar a totalidade de sua produção para a economia mone-

tária significaria se submeter às incertezas do mercado. Do mesmo modo, pedir dinheiro emprestado aos bancos para investir compreende muito risco:

« Eu não quero ter ligação com o banco, porque se os juros forem altos eu não vou conseguir pagar e vou acabar me prejudicando. » (pequeno irrigante)

Vemos então que o agricultor “resiste” às orientações dos técnicos não por falta de cultura ou de informação, mas porque ele exerce sua atividade segundo uma lógica diferente. As relações entre poderes públicos e pequenos produtores se caracterizam por uma confrontação entre lógicas opostas. De um lado, com a irrigação, os poderes públicos querem transformar o agricultor. O projeto Vereda Grande é teoricamente feito para modernizar o pequeno produtor. Ele é concebido para atender um agricultor que vai se inserir na economia monetária. Do outro lado, a maioria dos pequenos produtores da região trabalha essencialmente para assegurar sua sobrevivência.

Podemos multiplicar os exemplos de confronto entre as lógicas do poder público e as lógicas dos pequenos produtores locais. Assim, para orientar os agricultores para a economia monetária, os responsáveis da intervenção tentam induzir os produtores a se especializarem na fruticultura que, segundo eles, lhes permitiria situarem-se vantajosamente no merca-

do. Ora, os agricultores se opõem a isso. Estes trechos de entrevistas realizadas com quatro produtores diferentes explicam bem as suas posições:

« – Você acatou as instruções do técnico? »

– Algumas sim, outras não. Porque nós que precisamos sustentar a família, não podemos plantar fruteiras, pois as árvores só começam a dar frutos com dois anos. Então, como é que vamos poder sustentar nossa família? Precisamos plantar coisas que dêem lucro logo. »

Vários outros produtores são taxativos a respeito da fruticultura irrigada:

– “É bom para quem tem dinheiro e pode esperar para obter lucro. Mas, para quem não tem, não tem muita vantagem. As árvores demoram a florescer e dar frutos para vender. »

– “Não rende não. Porque as frutas só dão 3 meses, principalmente manga e pinha. Quando já estão amadurecendo, já acaba. Já a bananeira não. Se você tiver muitos pés plantados, até que rende um pouquinho, porque você tira direto. As outras frutas só dão uma safra. Elas vingam hoje e depois logo se acaba. Só vai dar novamente no próximo ano. Você acha que dá para viver com uma coisa dessa? Eu quero ter uma coisa que dê rendimento. Essas outras frutas eu só quero para o consumo próprio. Eu preciso de uma coisa que dê direto, toda semana. Com o feijão é assim. Eu vou lá e tenho di-

reto meu feijão para vender. »

– « Para fazer frutas, precisa de mão-de-obra. Não podemos empregar ninguém. »

Estas citações mostram que os agricultores raciocinam segundo uma lógica que lhes é própria:

- Eles recusam a especialização nas culturas exclusivamente comerciais porque eles têm necessidade da produção de ciclo curto que lhes dá rendas constantes e a segurança das culturas de autossustentação.
- A fruticultura exige contratação de mão-de-obra nos períodos de colheita, porque, a maior parte do tempo, a mão-de-obra familiar não é suficiente. O agricultor não tem recursos suficientes para contratar esta mão-de-obra.

4.2. A importância da autonomia

Se a irrigação não for utilizada pelos produtores para permitir a inserção nos mecanismos do mercado, para que ela lhes interessa? Ela assegura (do momento que consiga pagar as contas de energia):

- a regularidade da produção ao longo do ano todo:

« – Está sendo melhor para você utilizar a irrigação? »

– Está sim, pois sem a irrigação a gente só trabalharia no inverno. Com a irrigação eu posso nessa época de seca plantar pimentão, feijão e milho para abastecer a casa. »

- a sua autonomia: a grande maioria dos produtores irriga para aumentar sua margem de segurança. Portanto, ao contrário do que pensam os interventores, a irrigação, na maioria dos casos, não frea o autoconsumo, mas tende a aumentá-lo. O crescimento da produção não leva os produtores familiares a entrar automaticamente numa dinâmica de inserção na economia monetária. Prova disto é o trecho desta entrevista:

« – Desde que nós começamos, plantamos milho, feijão e pimentão. Só agora é que decidimos plantar algumas fruteiras, como acerola e banana.

– Esses pés de frutas que vocês estão plantando é para vender ou é para o consumo próprio? »

– Esses que a gente plantou é mais para o consumo próprio. Se sobrar alguma coisa é que a gente vai vender. »

Vemos que a fruticultura, valorizada pelos interventores para especializar e modernizar estes produtores, é desviada pelos mesmos em benefício de uma lógica familiar de melhoria do consumo. A inserção no mercado só se dá depois que a segurança alimentar esteja assegurada.

Podemos dar um outro exem-

plo de um produtor que irrigou no passado:

– « Quando o senhor conseguiu trazer água para cá, melhorou a situação?

– Melhorou um pouco. Consegui plantar um pouco de feijão, milho. Eu plantava capim para dar ração aos bichos também. Agora eu não posso usar mais a irrigação, porque não tenho como.

– O senhor está fazendo o que agora?

Estou comprando ração para os animais. »

Graças à irrigação, este agricultor pôde produzir de maneira autônoma a ração para seus animais, o que o dispensou de entrar nos mecanismos monetários ligados à compra desta ração.

Assim, no lugar de criar uma dinâmica de acumulação, como esperam os interventores, a melhoria da produtividade e, sobretudo, da regularidade na produção, serve primeiro para aumentar o consumo destes produtores e sua autonomia face ao mercado. A inserção no mercado não pode anteceder a segurança alimentar da família.

V – Conclusão

No caso estudado, os produtores estão constantemente distanciados dos objetivos da interven-

ção. No entanto, eles reinterpretam estes últimos em função de suas próprias necessidades, os desviam em razão de sua própria lógica. Isto mostra que a margem de interpretação dos critérios de eficácia da técnica e da intervenção deve ser muito grande. Do ponto de vista dos representantes do Estado, a intervenção é ineficaz porque ela não conduziu os produtores a se modernizar. Pensamos que, apesar das dificuldades que os produtores têm para utilizar a irrigação, a intervenção poderia ser bem mais eficaz se ela fosse voltada realmente para a escuta das demandas da maioria dos produtores, se ela respondesse às suas necessidades de autonomia e de segurança alimentar básica.

Portanto, a política de irrigação revela mais uma lógica de funcionamento dos poderes públicos do que de uma verdadeira interação entre o trabalho do Estado e o corpo social.

O Estado e seus representantes concebem o desenvolvimento unicamente no sentido de reforçar a monetarização das trocas, a integração progressiva do meio rural no mundo “moderno” onde consumo e produção tendem progressivamente a se submeter à lei da mercadoria. Supõe-se que esta inserção das populações na economia monetária vai gerar um processo de acumulação e de modernização.

Esta política corresponde apenas parcialmente às necessidades das populações rurais. Uma grande

parcela está excluída disto. Ela não é senão uma resposta incompleta aos problemas do semi-árido porque ela diz respeito apenas a uma “elite” de produtores.

O risco é gerar enormes efeitos sociais perversos. A marginalização e exclusão de grande número de produtores dos benefícios desta política cria novas diferenças sociais no meio rural entre uma pequena classe de produtores modernizados e uma maioria não inserida nesse modelo. A médio prazo, a lógica desta política é o deslocamento dessa população, a aceleração do seu êxodo rural, a destruição das formas de solidariedade familiares e sociais no nível rural e o desaparecimento dos saberes tradicionais, muito freqüentemente adaptados ao meio local.

Trata-se de um problema de fundo: que tipo de desenvolvimento queremos? Um desenvolvimento que diz respeito apenas a uma pequena minoria da população ao preço de um custo social enorme? A modernização deve estar a serviço do social e não o contrário. É por esta razão que as políticas públicas devem ser pensadas em função da base social mais ampla possível.

VI – Referências Bibliográficas

Chayanov (A.V.), *The theory of peasant economy*, Illinois, Irwin Homewood, 1966.

Coletivo, Falta uma política nacio-

- nal de águas, In *Ciência Hoje*, SBPC, vol. 19, n°.110, Jun 95.
- Barbosa (A. De Almeida), *A hora d'água*. Pequena produção e Estado. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociologia, U.F.P.B. – Campus II, Campina Grande, 1988, 135 p.
- Desjeux (D.), *L'eau. Quels enjeux pour les sociétés rurales?*, Paris, L'Harmattan. 1985, 220 p.
- Droulers (M.), Le rôle de l'Etat dans l'aménagement du Sertão do Nordeste. Cas de la Paraíba, In *Problèmes d'Amérique Latine*, n°.50, 1980.
- Durousset (E.), *Contribution à l'étude de l'environnement au niveau local. L'érosion des sols viticoles et les inondations qu'elle entraîne en Saône-et-Loire*. Thèse de doctorat. Université Paris X-Nanterre. 1994.
- Duqué (G.), L'exploitation familiale dans le Nord-Est Brésilien In LAMARCHE, H. (coord.). *Les capacités d'adaptation de l'exploitation familiale agricole. Comparaison internationale*. Nanterre. CNRS/Université de Paris X, 1987, cap. 6, p. 134-157.
- _____. Estado e comunidade camponesa. Uma observação a respeito do trabalho comunitário da EMATER. In *Modernidade e Pobreza. As ciências sociais no Nordeste*. Recife, FUNDAJ, 1991, p. 627-633.
- _____. Reprodução social dos camponeses no semi-árido: Lógicas e estratégias. In *Anais da II Reunião de Antropólogos do Norte e do Nordeste*. Recife, UFPE/CNPq/FINEP/ABA, 1991, p. 551-565.
- _____. Os pequenos produtores 'integrados' na procura de sua viabilidade. In *Coletânea 1984-1993*. (Trabalhos técnico-científicos produzidos pelas equipes de professores/pesquisadores dos projetos de pesquisa financiados pelo PDCT/NE), UFPB/CNPq, p. 583-598.
- Governo do Estado da Paraíba. Secretaria de Recursos Hídricos. Diretoria de Programação. Serviços Integrados de Assessoria e Consultoria LTDA – SIRAC-Plano de Ação Imediata Vereda Grande – Vol. 1 – síntese.
- Dantas (G. Hipólito), *Sistema de produção e estratégias de sobrevivência dos arrendatários do DNOCS no açude de Boqueirão – PB*, Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia da U.F.P.B., Campus II, Campina Grande, 1993, 98 p.
- Maranhão (S.) (organizador), *A questão Nordeste. Estudos Sobre a Formação Histórica, Desenvolvimento e Processos Políticos e Ideológicos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984 (Coleção Estudos sobre o Nordeste; V. 16), p 7-30.
- Mota (D.M.), *Os camponeses e a busca da « autonomia possível »*. Estratégias de sobrevivência e resistência na implantação de projetos de irrigação no Estado de Sergipe, Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Sociologia, U.F.P.B – Campus II, Campina Grande, 1990, 181 p.
- Nakatani (P.), *La politique agricole au Nordeste du Brésil*, Thèse 3° cycle, Université de Picardie.
- Pebayle (R.), L'irrigation dans le Nordeste du Brésil, In *Problèmes d'Amérique Latine*, n°.59, Mars. 1981, p 84-109.
- Pessoa (D.) Sécheresse du Nordeste: variation des interprétations et des politiques publiques, In Bret (org.). *L'homme face aux sécheresses*, Paris, p 399-403.
- Schwarz (A.), Lógica do desenvolvimento do estado e lógica camponesa, In *Tempo social, Rev. de sociologia da USP*, São Paulo, vol. 2, n°.1, 1° semestre 1990.
- Servolin (C.), L'absorption de l'agriculture dans le mode de production capitaliste, In *L'univers politique des paysans*, Paris, A. Colin, 1972.